

O PAPEL DA GEOMORFOLOGIA NA ANÁLISE GEOGRÁFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA IDENTIDADE NACIONAL E NA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL.

Antonio Carlos Vitte¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise da tese de doutoramento de João Dias da Silveira, intitulada "Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira", defendida em 1946 na Universidade de São Paulo. Neste análise, buscou-se compreender quais foram os seus avanços e limitações, dentro do significado ideológico que foi atribuído à geografia no projeto de modernização da sociedade brasileira.

As décadas de 1920 e 1940 foram os períodos históricos considerados para análise e contextualização política, ideológica e econômica da obra e da geografia. Tais décadas configuram-se dentro da chamada fase de modernização brasileira, a qual o conhecimento geográfico do território nacional assumiu importância fundamental para a ação estatal e para a nova reorganização espacial da sociedade.

A tese "Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira", têm o mérito de ser a primeira tese de doutoramento em geografia física defendida na Universidade de São Paulo (USP), por um representante da primeira turma de geógrafos formados pela USP.

Como fundamento epistemológico para a realização do presente trabalho foi considerada a concepção de paradigma de Thomas KUHN (1986) em que o mesmo é considerado um conjunto de regras, normas, crenças, valores e teorias que direcionam a ciência produzida por uma determinada comunidade científica em um tempo específico, além de ter a capacidade de formar um consenso intersubjetivo.

Como fundamento para a análise do discurso, utilizou-se da noção de concepção de mundo (GOLDMANN, 1988), ou seja, um conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo, de uma classe social, que se opõe aos outros grupos. Como técnica, foram selecionadas palavras-chave, que posteriormente foram relacionadas com o movimento histórico da geografia brasileira, pois diferentes momentos resultarão no predomínio de determinada concretude do pensamento, a qual influi na formação acadêmica de nossa ciência, e que, por sua vez, consubstancia-se nas obras produzidas (BRAY, 1984).

O TEXTO NO CONTEXTO: A QUESTÃO NACIONAL E O PROJETO GEOGRÁFICO.

De uma maneira geral, a questão nacional sempre esteve na pauta das ciências sociais, constituindo-se muitas vezes em tema controverso e conflituoso (IANNI, 1992; MOTA, 1994). A concepção de nação e de modernização da sociedade são temas que intrigaram a intelectualidade brasileira.

Foi assim com Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Oliveira Viana, Dante Moreira Leite, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Menotti del Pichia, Oswald e Mário de Andrade, apenas para exemplificar alguns pensadores que refletiram sobre a gênese de um Brasil Moderno (DE LORENZO & COSTA, 1997).

O eixo de discussão sobre a modernização do Brasil fundamentou-se em dois focos: primeiro, o aspecto da dualidade e conseqüentemente a saturação dos modelos explicativos; por outro, a temática da ruptura e da transição sempre estiveram ligadas ao papel "missionário" da intelligentsia na construção de uma consciência e ordem nacional fundamentadas na riqueza regional.

Mas este ideário construído pelos modernistas na década de 20, será passivamente (LAHUERTA, 1982, 1991, 2000) incorporado e transformado com a revolução de 30, particularmente com o Estado Novo (1937-1945), na medida em que incentivará a unificação da cultura nacional em detrimento das culturas regionais, além de redefinir o papel do intelectual na sociedade brasileira (LIPPI, 1982; CÂNDIDO, 1984). É assim, por exemplo, que serão criados pelo Estado Novo, o Departamento de Administração Social e Política (DASP), em 1938, visando à racionalização administrativa e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no final de 1939, visando não somente censurar, mas também organizar a produção cultural, imprimindo-lhe um sentido moderno e nacionalista.

Em nome da unificação da nação, o Estado construído será centralizador e passará a comandar a gestão e regulação social e territorial, colocando-se acima das disputas oligárquico-regionais (TAVARES, 1982), de forma que a modernização do território não será vista como obra da sociedade civil.

¹ Professor Doutor, Instituto de Geociências - UNICAMP, Campinas (SP), Brasil. Caixa Postal 6152, CEP 130803-970. E-mail: vitte@uol.com.br

Em 1934 foi criado o Código das Águas em que o Estado Nacional procurou normatizar a exploração dos recursos naturais, viabilizando o processo de transformação e reestruturação do modelo capitalista no Brasil. A expansão territorial deste novo modelo será oficialmente regulamentada com a criação, em 1937, do Conselho Nacional de Geografia (CNG) que elaborou a primeira divisão regional do Brasil, fundamentada na concepção de espaço natural.

Na virada dos anos 30, alguns intelectuais passaram a fazer parte da burocracia estatal. Assim, o Estado passou a ser o núcleo agregador do intelectual-profissional, sendo que os intelectuais, independente da posição política, viram nesta situação uma missão de caráter público: a modernização como forma de ser criar a nação (LIPPI, 1982). Tanto assim que, em 1941, Mário de Andrade foi levado ao desespero, pois a profissionalização dos jovens intelectuais esvaziou-lhes o conteúdo crítico da realidade nacional e mundial (ANCONA LOPEZ, 1972).

Neste contexto, a práxis geográfica é um elemento constitutivo do movimento da cultura brasileira. Sua missão será a de construir um discurso que justifique a ação territorial do Estado, ação esta que ocorrerá no plano simbólico-subjetivo por meio da educação, bem como pelos sistemas de engenharia que têm a propriedade de alterarem o ritmo e a temporalidade dos espaços (SANTOS, 1996).

Uma das estratégias do Estado Nacional era desenvolver uma consciência imaginária e simbólica do território (CASTRO, 1997), que buscava ressaltar os aspectos ligados aos objetos e formas geográficas naturais e culturais que são ritualizados e contextualizados dentro de um projeto nacional de modernização da nação.

É neste quadro que o discurso geográfico teve o papel de ajudar a construir uma nova identidade nacional, a partir da representação simbólica do território, viabilizando de um lado o caráter centralizador e autoritário do projeto nacional, por meio do tripé TERRITÓRIO-ESTADO-NAÇÃO.

Neste tripé o Estado era o centro gravitacional e o único veículo possível e viável para promover o desenvolvimento social da nação brasileira. Por outro lado, a práxis geográfica viabilizava a expansão de um novo modelo capitalista, também nas áreas periféricas, por meio do planejamento estatal. É assim, por exemplo, que no plano econômico houve o investimento maciço em infra-estrutura, sistemas técnicos que visassem a ampliação de energia e transportes, bem como a gestão dos recursos minerais por meio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). No plano social, a intervenção do Estado foi no sentido de normatizar e regulamentar as relações de trabalho com a criação da previdência social, regulamentação da jornada de trabalho, carteira profissional, além de uma redefinição das relações entre o Estado e as oligarquias regionais (BECKER & EGLER, 1997).

OS PRINCÍPIOS GEOGRÁFICOS NOS "CONTRAFORTES OCIDENTAIS DA MANTIQUEIRA"

A tese de doutoramento "Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira" teve como recorte espacial a região de Itapira e Socorro, e foi dividida em quatro capítulos. Na introdução, o autor assume a postura de que um estudo geográfico deve necessariamente ser de cunho monográfico, "...um estudo monográfico, o mais condizente com a função da geografia que é o todo"(p.1).

No primeiro capítulo, o autor, apresenta o meio físico e discute a sua gênese. A paisagem cultural, que engloba o processo de ocupação, colonização, expansão da cafeicultura e o desenvolvimento da malha ferroviária é discutida no segundo capítulo. Por fim, no capítulo três, João Dias da Silveira procura discutir as relações entre os gêneros de vida e o meio físico, procurando demonstrar que na área estudada, os mesmos encontram-se compartimentados em função das características e propriedades da geomorfologia.

Na conclusão do trabalho, o autor deixa claro que a região trabalhada apresenta características de "baixo desenvolvimento" sendo que tal deve-se ao baixo fluxo de imigrantes, uma vez que o meio físico dificultou a penetração da cafeicultura, assim como o desenvolvimento da malha ferroviária. Esta inviabilização do investimento técnico no espaço analisado, permitiu a cristalização da cultura caipira, com baixa tecnologia e organização social do trabalho.

No plano epistemológico, o elemento regional será o norteador e o objeto da análise geográfica, enquanto que a paisagem será o parâmetro metodológico utilizado para a delimitação da região. A paisagem, era considerada "... esse conjunto que reúne todas os fatores, sem ser porém a soma deles"(p.2).

O estabelecimento de tipologias que, segundo o autor, "... constitui o verdadeiro objetivo da geografia"(p.9), resulta da relação complexa e orgânica entre os fenômenos e seus problemas (p.4), além de permitir o estabelecimento de generalizações e comparações das mesmas, o que resultaria no conhecimento do território nacional, permitindo a hierarquização das paisagens que o compõem.

A concepção de gêneros de vida (QUAINI, 1987) será a ferramenta operacional, pois segundo João Dias da Silveira: "... a região que consideramos foi desde muito povoada e explorada por um homem empírico em suas atividades e que vêm atuando como precioso fator de evolução dos elementos naturais"(p.4).

Os parâmetros para a definição operacional do gênero de vida foram a economia, a política e a colonização. Em função da história passada e recente da colonização teríamos diferentes gêneros de vida, sendo que um dos compromissos teóricos do autor é observar e interpretar esta situação sob o ponto de vista da dinâmica da paisagem (p.15).

Sob o ponto de vista técnico, temos a seguinte participação deste capítulo em relação ao total: o capítulo ocupou 55 páginas da tese, correspondendo a 48,2% do total.

Quanto a taxonomia da paisagem cultural, a mesma foi classificada por Silveira como uma área de transição entre "... as áreas relativamente baixas do oeste e os altos planaltos da Mantiqueira" (p.114) ... "a existência de gêneros de vida num mesmo ambiente e a sucessão de aspectos humanos diversos em uma paisagem é um belo argumento do possibilismo geográfico"(p.114).

Para a análise do meio físico, que o autor compreende como sendo o substrato que condicionará o desenvolvimento dos gêneros de vida, foi utilizada a teoria do Ciclo Geográfico da Erosão de William Morris Davis (1899), a partir dos trabalhos de MARTONNE (1921, 1943, 1944). O capítulo abrange 36 páginas sendo que constitui 32% do total da tese. Delas, 18 páginas foram dedicadas ao relevo, correspondendo a 50% do capítulo e a 16% do trabalho. Outros 19,4% do capítulo são dedicados ao clima (7 páginas) que no conjunto representa 6,1%. Os solos e a vegetação ocupam 30,5% do capítulo, representando 9,7% da tese.

Silveira admite a existência de vários períodos do Ciclo Geográfico, com suas formas resultantes atuando conjuntamente, caracterizando a paisagem natural, como sendo única em seu contexto e estando no início da maturidade.

O fator de evolução dos elementos naturais, na região estudada, ocorre segundo Silveira, em função das práticas agrícolas que conduzem ao esgotamento das terras por meio dos processos erosivos. Isto ocorre uma vez que o gênero de vida caracteriza-se por técnicas rudimentares, derivando deste contexto a expressão homem empírico, que em termos de tipologia está associado ao caipira.

Este gênero de vida ocorre nos compartimentos geomorfológicos de cristas, com 1.600 metros de altitude. Neles o cultivo natural do café foi dificultado em função do efeito climático e, por esta razão, aquelas áreas ficaram desprovidas das principais vias de comunicação (estradas de ferro) e do fluxo de imigrantes, o que as caracterizariam como paisagens do tipo "... refúgio em que predomina a policultura" (p.101). Este fato, segundo Silveira levou à criação de "... endemidades sociológicas" (p. 14).

As fazendas localizadas nos chapadões xistosos e nas colinas e espigões situadas abaixo de 1.000 metros de altitude, apresentavam, por sua vez, boa infra-estrutura viária e ferroviária, permitindo tanto o fluxo de imigrantes, quanto o cultivo do café resultando em um outro gênero de vida (p.87-96).

Assim, a definição da área de uma paisagem para o estudo geográfico é o gênero de vida e sua associação com a compartimentação geomorfológica. Ou seja, a geomorfologia, acabaria sendo transformada em sinônimo de meio físico, passando a ser utilizada no processo de delimitação espacial das regiões, fato que pode ser verificado na tese de João Dias da Silveira, na qual 50% do capítulo que é dedicado ao meio físico refere-se à compartimentação geomorfológica, utilizada como critério de delimitação de gêneros de vida que apresentam graus diferenciados de desenvolvimento.

Para João Dias da Silveira, o compartimento geomorfológico dos chapadões xistosos, permitiram o desenvolvimento da cafeicultura, possibilitando a expansão da malha ferroviária e atraindo imigrantes. Processo que, a nosso ver, significa o estabelecimento de novas dimensões de tempo e espaço. Isto porque permitiria uma integração entre os espaços, antes desconectados com o Estado, viabilizando a modernização destes e a construção de um novo "patamar civilizatório".

Por outro lado, o compartimento geomorfológico das cristas com altitudes acima de 1.600 metros, também presentes na área estudada, inviabilizaram a instalação da malha ferroviária e o desenvolvimento da cafeicultura. Nestas áreas, o gênero de vida era pouco desenvolvido e como diria o autor, atrasado tecnológica e culturalmente, gerando as chamadas endemidades sociológicas (p.14) ou refúgios onde predomina a policultura (p.101).

Quanto ao tratamento do gênero de vida, que representa 48,2% da tese, fica claro que o grau de desenvolvimento tecnológico de um determinado gênero de vida é dependente do tipo e intensidade de colonização e da malha viária, particularmente a ferroviária. Ou seja, a malha ferroviária, enquanto objeto

técnico e sistema de engenharia, permite a intensificação dos fluxos de informação, viabilizando a rápida circulação de mercadorias, assim como a difusão de novos padrões tecnológicos e sociais.

Na obra, fica claro que o autor identificava na região estudada os Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira, uma singularidade, na medida em que ocorreria uma superposição de gêneros de vida. Como exemplos, o caipira, com seus métodos empíricos e instrumentos agrícolas rudimentares e o colono imigrante, com tecnologia e organização social do trabalho mais modernos. A complexidade dos gêneros de vida, deve-se de um lado, a rápidos processos de colonização com imigrantes, e, de outro, a própria compartimentação geomorfológica, que possibilitou variados gêneros em curto espaço de tempo. Daí, ser a compartimentação geomorfológica, o melhor critério definidor do caráter regional.

Por fim, vale destacar a "opção monográfica" da obra que, segundo o autor, atende aos princípios da geografia, que é a análise do todo (p.1). Esta opção monográfica representa na realidade um direcionamento que vinha sendo desenvolvido desde 1941, quando Pierre Monbeig apresentou o trabalho O Estudo Geográfico das Cidades, uma obra metodológica que exercerá influência na primeira geração de geógrafos da USP e na AGB (ABREU, 1994). A monografia permitiria o estabelecimento de sínteses regionais, integrando os aspectos físicos e humanos, demonstrando a individualidade do fato geográfico, ou seja, o caráter ideográfico. Nesta obra e depois em diversas orientações como no caso da presente tese, Monbeig começou a estabelecer a relação entre a expansão da cafeicultura, desenvolvimento da malha ferroviária e a definição das tipologias regionais no Estado de São Paulo, que futuramente se consubstanciará na obra Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo (MONBEIG, 1984).

CONCLUSÕES

A obra de João Dias da Silveira pode ser enquadrada na corrente possibilista, caracterizando-se por ser a primeira reflexão sobre a realidade geográfica nacional, particularmente a paulista, produzida pela primeira geração de geógrafos físicos da USP.

Como reflexão geográfica, fica patente a complexidade da região estudada, complexidade representada pelas dinâmicas escalares diferenciadas, que podem ser entendidas por aspectos ligados às relações sociais, culturais, simbólicas, históricas e instrumentais, que se materializam no espaço definindo assim as tipologias de paisagens.

Muito embora o trabalho apresente uma estrutura metodológica definida, e esta não considere a análise processual em sua estrutura, João Dias da Silveira teve o mérito de perceber a importância dos processos ambientais, particularmente o erosivo, como sendo o grande mote no desenvolvimento e evolução da paisagem nos Contrafortes da Mantiqueira. Além do que, ressalta o autor, estes processos "naturais" ocorrem basicamente em função da especialização e dinâmica da organização social no espaço natural.

No entanto, em função da estrutura metodológica e dos parâmetros epistemológicos as determinações acima levantadas não puderam ser aprofundadas, pois a análise possibilista compreende a região como uma categoria atemporal e espacialmente individualizada, esvaziando e reificando o debate sobre a dimensão territorial do capitalismo e sua regulação econômica e social.

Com isto, a reflexão geográfica viabiliza e internaliza a ação do Estado não apenas como agente regulador da expansão capitalista e de seus sistemas técnicos, mas também como agente construtor da Nação e da consciência nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANCONA LOPEZ, T.P. Mário de Andrade: Ramais e Caminhos. SP, Duas Cidades, 1972.
- ANDRADE, Mário de. Aspectos da Literatura Brasileira. SP, Martins Fontes, 1974.
- ARANTES, Paulo. Uma Reforma Intelectual e Moral: Gramsci e as Origens do Idealismo Alemão. Presença, n.17, 1991.
- ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano. SP, EDUSP, 1994.
- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio AG. Brasil: Uma Potência Regional na Economia-Mundo. RJ, Bertrand Brasil, 1993.
- BRUNHES, Jean. Géographie Humaine de la France. Paris, Plon, 2 vols, 1926.
- BRAY, Sílvio Carlos. História das Idéias Geográficas no Brasil. Plano de Pesquisa. Período de 1983-1984. Rio Claro, UNESP, 1983. (mimeografado).
- . A Visão de Mundo de Pierre Deffontaines e a Ideologia da Cultura Brasileira nos Anos 30. Geografia. 18(2), p. 53-67, 1993.
- BRAY, Sílvio Carlos. & SOUZA, Rita de Cássia M. de. As Influências Darwinistas Sociais e o Determinismo Geográfico em Oliveira Vianna. Revista de Geografia, UNESP, n. 12, 1993, p. 87-94.
- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a Cultura. Novos Estudos CEBRAP, vol.2, n.4, 1984.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação. IN: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da C. & CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) Explorações Geográficas. RJ., Bertrand Brasil, 1997, p. 155-196.
- CLAVAL, Paul. Evolución de la Geografía Humana. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- . A Geografia Cultural. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. Presença, n.8, 1986.
- DE LORENZO. Helena Carvalho. & COSTA, Wilma Peres da. (org.) A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno. SP, Ed. UNESP/FAPESP, 1997.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. SP. Brasiliense. 1992.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. SP, Ed. Perspectiva, 1986.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. Des Caractères Distinctifs de la Géographie. Annales de Géographie, vol. 22, 1913, p. 289-299.
- LAHUERTA, Milton. O Nacional como Positividade: Tutela do Povo e Territorialidade. UNESP-Araraquara, 1982. (mimeografado).
- LIPPI, Lúcia. Et alii. Estado Novo: Ideologia e Poder. RJ., Zahar, 1982.
- MARTONNE, Emanuel de. Traité de Géographie Physique. Paris, Masson, 1921.
- . Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico. Revista Bras. De Geografia, ano V, n. 4, 1943, p. 523-550.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo. SP, DIFEL, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. SP, HUCITEC, 1981.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). SP. Ática, 9a edição, 1994.
- QUAINI, Máximo. A Construção da Geografia Humana. RJ, Paz e Terra, 1987.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Emoção. S P, HUCITEC, 1996.
- TAVARES, J.A. C. – A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982.